

# Secretarias de Estado

## Ministério da Justiça

### CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA

ATA DA 8ª REUNIÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA PENITENCIÁRIA REALIZADA EM 16 DE FEVEREIRO DE 1981.

Às nove horas do dia 16 de fevereiro de 1981, reuniu-se o Conselho Nacional de Política Penitenciária - CNPP, no quarto andar do Edifício Sede do Ministério da Justiça, sala quatrocentos e setenta. O Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a presença dos Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES FILHO, FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, NEGI CALIXTO, ANTONIO ZAPPALÁ, JAIR LEONARDO LOPES, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, NABOR CESAR SIQUEIRA e EVERARDO DA CUNHA LUNA. Presentes ainda a esta reunião, o Senhor Diretor-Geral do DEPEN e o Professor SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO, Conselheiro Suplente do Senhor Conselheiro RICARDO ANTUNES ANDREUCCI. Em assuntos gerais, o Senhor Presidente informou ao Plenário das atividades desenvolvidas pelo CNPP, no período compreendido entre dezanove de janeiro a treze fevereiro de um mil novecentos e oitenta e um, a seguir discriminadas: 1) Visando maior rapidez no andamento da Revisão Parcial do Código Penal, o Senhor Presidente apoiou a Comissão encarregada deste assunto, no sentido de realizar em São Paulo e Brasília, reuniões que levassem a efeito esta finalidade. 2) Atendendo a convite do Departamento do Sistema Penitenciário de Mato Grosso do Sul, para proferir naquela entidade, conferências alusivas à Criminologia e Ciência Penitenciária, o Senhor Presidente designou os Senhores Professores Conselheiros ANTONIO ZAPPALÁ e HEBER SOARES VARGAS. 3) A Secretaria deste Colegiado encaminhou ao Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, anteprojeto de lei referente a "porte de arma", submetido pelo Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES. 4) Através do Ofício nº 04 - CNPP, foi encaminhado a SEPLAN, justificativas complementares ao Regimento Interno deste Conselho. 4) Instruído pelo Senhor Conselheiro JASON SOARES ALBERGARIA, o Processo 1984/80-MJ, procedente da Conferência de Ministros dos Países Hispano-Luso-Americanos e Filipinas, o qual questiona sobre Penas Privativas de Liberdade, Política Penitenciária e Prevenção do Delito. 5) com o objetivo de apoiar e facilitar o trabalho da Comissão incumbida do Planejamento de Prioridades - CNPP, foi encaminhado expediente ao Senhor Secretário-Geral deste Ministério, solicitando providências pertinentes àquela área. 6) Através da Resolução nº 01-CNPP, foi designada a Drª LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA, para a função de Secretária Executiva deste Colegiado. 7) Através de proposição emitida pelos Professores Conselheiros FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES e RICARDO ANTUNES ANDREUCCI, foram expedidos ofícios às Secretarias de Justiça dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, solicitando "informações quanto às causas já apuradas das rebeliões nas Penitenciárias de Carandiru, Jacareí e Ilha Grande, ocorridas recentemente". Colaborando com esta proposição o Senhor Conselheiro NEGI CALIXTO manifestou favoravelmente, reforçando o objetivo. Além das providências adotadas pelo CNPP, no período supramencionado, o Senhor Presidente deu conhecimento ao Plenário dos seguintes expedientes recebidos: 1) O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, encaminhou documento que demonstra as conclusões finais da Comissão Especial daquele Poder, sobre o controle da redução de crimi-

nalidade naquele Estado. 2) Oriundos do DEPEN, Pareceres exarados em Processos referentes, o primeiro, à cooperação técnica a ser obtida dos Governos Japonês, Alemão e Francês, e, o segundo, à "Veiculação Audiovisual de Projetos de Ensino - Aprendizagem". A ORDEM DO DIA versou sobre os seguintes assuntos: I) Relatório da Comissão Planejamento de Prioridades-CNPP, apresentada pelo Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA, quando demonstrou o produto geral do andamento dos trabalhos da Comissão, enfatizando principalmente a correlação das prioridades com o suporte orçamentário para atendê-las. A fim de reforçar o universo do referido suporte econômico, foram trazidos do DEPEN e da SEPLAN-MJ, demonstrativos de andamentos de projetos e legislação pertinente à Criação do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social-FAS, e à arrecadação e restituição das receitas federais. Do Planejamento propriamente dito, ainda em esboço, foram levantadas para exame e apreciação do CNPP, diversas perspectivas novas e que mereceram a devida atenção dos Senhores Conselheiros, devendo, após à sua maturação, receber em grande parte, o aprova do CNPP-MJ. Várias Ponderações foram apresentadas, merecendo especial destaque aquelas emitidas pelos Senhores Conselheiros FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES, ABELARDO DE ARAÚJO JUREMA, BENJAMIN MORAES FILHO e ANTONIO ZAPPALÁ. Os objetos das citadas perspectivas e ponderações não foram declinados na presente Ata, em virtude do referido Planejamento de Prioridades encontrar-se, ainda, em fase de esboço e discussão. Entretanto ficou claro que o estabelecimento e apreciação de prioridades, bem como os objetivos dos Projetos caberão ao CNPP, e a execução, ao DEPEN. Após à apresentação do Planejamento em apreço o Senhor Conselheiro ANTONIO ZAPPALÁ elogiou o esforço manifestado pelo Senhor Conselheiro NABOR CESAR SIQUEIRA, quando do levantamento de dados em áreas diversas do Ministério e de extrema complexidade. II) Ao iniciar a sessão da tarde, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Coordenador da Comissão Revisora do Código Penal, Professor FRANCISCO DE ASSIS TOLEDO, que em breve exposição demonstrou as nuances principais da revisão em apreço, expondo a situação atual do desenvolvimento das três comissões. Em resumo esclareceu o expositor que, presentemente, cumprindo as diretrizes do Exmº Senhor Ministro de Estado da Justiça, há que se dar prioridades à reforma da Parte Geral do Código Penal, cujo Anteprojeto está concluído e em condições de ser encaminhado à publicação para recebimento de críticas e sugestões. Esclareceu ainda, em prosseguimento, que a reforma da Parte Geral é extensa e profunda, estando apoiada no "princípio nullum crimen sine culpa" e na idéia de reformulação do elenco tradicional das penas criminais. A atualização do Código Penal apresenta-se como requisito fundamental à conclusão dos anteprojetos de Código de Processo Penal, de Lei das Contravenções Penais e de Lei de Execuções Penais. Dentro desse quadro, que tem por fim a modernização de nossa Justiça Criminal e a formulação de uma Política Criminal, que possam levar a cabo a difícil tarefa de reconstrução de nosso Sistema Penitenciário, é este, sem dúvida, o primeiro passo. E felizmente pôde ser levado a termo, em prazo relativamente curto, graças a muito esforço e a contribuição espontânea de juristas brasileiros, mesmo não integrantes da Comissão, cujos nomes serão mencionados no relatório final. Dispositivos do atual Código, que não foram alterados em sua redação original, estão integralmente reproduzidos no texto, por vezes com novo número dada a necessidade de sua deslocação, ou para maior facilidade de compreensão do todo, nesta fase dos trabalhos". Esclareceu ainda, que, "cumprindo as diretrizes traçadas, a reforma da Parte Especial, igualmente necessária, será objeto de outro anteprojeto, de feitura mais demorada, no qual se empreenderá a descriminalização de certos fatos, bem como a codificação da estratificada legislação penal, sempre que isso seja possível. A